



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000307-95.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Mafra.

Unidade: 1ª Vara Cível.

Municípios integrantes: Mafra.

Juiz titular: Fernando Orestes Rigoni.

Chefe de cartório: Elizeu Luiz Toporoski.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0013115-06.2014.8.24.0600.

Competência: Res.16/2011-TJ "[...] Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra: I – processar e julgar: a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e d) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência[...]"

Entrância: Final.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.856
1.1.2	Processos em andamento	3.756
1.1.3	Procedimentos em andamento	87
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.045
1.2.2	Processos em andamento	1.966
1.2.3	Procedimentos em andamento	79
1.2.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	609	672	1.281
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 12-7-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.573	131
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.575	131
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	618	124
1.4.4	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		300
	Cível – Genérico - Processos		
1.5.1.1	Ag. Encerramento do ato	152	
1.5.1.2	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.3	Concluso 1	1	
1.5.1.4	Concluso 2	8	
1.5.1.5	Concluso 6	4	
1.5.1.6	Concluso 7	1	
	Família - Processo		
1.5.1.7	Ag. audiência	2	
1.5.1.8	Ag. Encerramento do ato	68	
1.5.1.9	Ag. Prisão	1	
1.5.1.10	Concluso para Sentença	11	
1.5.1.11	Concluso 1	1	
1.5.1.12	Concluso 2	14	
1.5.1.13	Concluso 4	7	
1.5.1.14	Concluso 6	19	
1.5.1.15	Concluso 7	1	
1.5.1.16	Cumprir Urgente	7	
1.5.1.17	Recebido do Juiz - Sentença	2	



1.5.2	Observações
<p>a) Informações obtidas em 12-7-2016.</p> <p>b) Na data de 12-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 59 processos na fila. O mais antigo data de 3-9-2014.</p> <p>b.2) Cumprir urgente: existem 23 processos na fila. O mais antigo data de 16-3-2015.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 61 processos na fila. O mais antigo data de 20-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 19 processos na fila. O mais antigo data de 9-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 31-3-2016.</p> <p>b.4) Escrivão: não existem processos nessa fila.</p> <p>b.5) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 31 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0300283-90.2014.8.24.0041, 0300671-90.2014.8.24.0041, 0300175-61.2014.8.24.0041, 0003176-30.2014.8.24.0041, 0300209-65.2015.8.24.0041), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas não há certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0301206-82.2015.7.24.0041, 0300130-23.2015.8.24.0041, 0300393-89.2014.8.24.0041, 0301117-59.2015.8.24.0041, 0300407-73.2014.8.24.0041), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>	



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	364	24
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		8,74%	0,58%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	63	28
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		62	41
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		8	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		114	166
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se Aplica	Não se Aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se Aplica	Não se Aplica
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 12-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		482	237
	Peticionamento eletrônico		35	12
	Mandados		306	300
	AR		326	316
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	156	126
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	0	0	0	0
1.6.11.2	Distribuição	0	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	99	32	114	1
1.6.11.4	Serviço Social	0	0	4	0
1.6.11.5	Petição Inicial – Ag. Digitalização	1	0	0	0
1.6.11.6	Observações				
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	677		903	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz Fernando Orestes Rigone (titular)	176	55	652	101
	Juiz Rogério Manke	250	0	20	20
1.6.12.2	Contadoria	103	43	71	9
1.6.12.4	Ministério Público	9	2	8	0
1.6.12.5	Serviço Social	0	0	3	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.7	Advogado	135	51	139	51
1.6.12.9	Perito	2	1	4	1
1.6.12.10	Delegacia de Polícia	2	2	3	3
1.6.12.12	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	20	1	17	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	21	16	21	3
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	0	0	3	1
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	100	83	90	45
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	73	64	68	26
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	1	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	45	2	77	2
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	7	1	14	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	20	4	19	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do promotor	0	0	3	3
1.6.13.15	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – prazo 1 a 31	66	47	17	1
1.6.13.17	Cartório – mesa do escrivão	12	10	15	1
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	17	3	22	0
1.6.13.19	Cartório – mesa 01 a 10	21	6	31	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.20	Cartório – cumprir despacho	213	194	63	0
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir alvará	35	30	18	2
1.6.13.23	Cartório – expedir correspondência	1	1	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir mandado	31	31	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.28	Cartório – aguardando juntada	96	2	4	0
1.6.13.29	Cartório – aguardando petição	32	8	22	3
1.6.13.30	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.31	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-3-2016				
	b) Segunda verificação em 12-7-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		4	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	30	30
		Definitivo	0	0	
1.7.9.1	Réu preso - total		30	30	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 30-3-2016 b) Segunda verificação em 12-7-2016.		



1.7.10	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
	a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016. c) Item 1.7.12: c.2) Verificou-se nos processos (0004608-21.2012.8.24.0041, 0000753-44.2007.8.24.0041, 0004379-42.2005.8.24.0041, 0000047-90.2009.8.24.0041) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições e no processo [REDACTED] há determinação para destinação de armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.		



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016. a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 84 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 86 estão com a situação “a definir”. b) Segunda verificação em 12-7-2016. b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 67 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 58 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0004608-21.2012.8.24.0041, 0004379-42.2005.8.24.0041, 0000753-44.2007.8.24.0041, 0000047-90.2009.8.24.0041, [REDACTED], verificou-se que nos três últimos processos os bens não foram cadastrados no SNBA.		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 30-3-2016 a.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Casa de Passagem Ben. Epitácio Schummacher), o qual, não está atualizado. b) Segunda verificação em 12-7-2016. b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Casa de Passagem Ben. Epitácio Schummacher), com última atualização em 7-7-2016.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 18 de julho de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Assessora Técnica - M23561